

# VIVENDO NAS RUAS: A ANCORAGEM COMO FORMA DE CONSTRUÇÕES DE VÍNCULOS PARA ALÉM DA FAMÍLIA

*Amanda Cristyna Silva Santiago<sup>1</sup>*

*Lavinia da Cunha Resende Melo<sup>2</sup>*

*Samuel Henrique da Silva<sup>3</sup>*

*Geovana Teodoro Barbosa<sup>4</sup>*

## RESUMO

A crescente visibilidade da população em situação de rua no Brasil configura um fenômeno social complexo, expressão de dinâmicas estruturais de desigualdade e das contradições do sistema capitalista. Embora as políticas públicas priorizem majoritariamente o restabelecimento dos vínculos familiares, este estudo qualitativo e exploratório questiona essa centralidade, buscando compreender como a função de ancoragem, proposta por Jorge Broide, contribui para a formação de novos laços significativos e para a sustentação subjetiva de pessoas em situação de rua. A pesquisa utiliza análise documental de publicações do Google Notícias, identificando três formas principais de ancoragem: a afetiva, relacionada aos vínculos com animais; a comunitária, construída em práticas coletivas; e a institucional, ligada a serviços de acolhimento e políticas públicas, como o Centro Pop. Os resultados indicam que esses vínculos alternativos operam como estratégias de resistência, cuidado e pertencimento, reforçando o conceito de ancoragem como fundamental para a sustentação psíquica e a reinscrição social, sugerindo a necessidade de intervenções que considerem os laços singulares promovidos por cada sujeito.

**Palavras-chave:** pessoas em situação de rua; ancoragem; vínculos sociais;

## ABSTRACT

The increasing visibility of the homeless population in Brazil reveals a complex social phenomenon, expressing structural dynamics of inequality and the contradictions of the capitalist system. Although public policies mainly prioritize the restoration of family ties, this qualitative and exploratory study questions such centrality by examining how the concept of anchorage contributes to the formation of new meaningful bonds and to subjective support among homeless individuals. The research is based on documentary analysis of publications from Google News, identifying three main forms of anchorage: affective, linked to emotional bonds with animals, community-based, built through collective practices, and institutional, related to public assistance and shelter services such as Centro Pop. The results indicate that these alternative bonds operate as strategies of resistance, care, and belonging, reinforcing the concept of anchorage as essential for psychic sustainability and social reintegration, suggesting the need for interventions that consider the unique bonds promoted by each subject.

**Key-words:** homeless people; anchoring; social ties

---

<sup>1</sup>Graduanda em Psicologia pela Afya - Centro Universitário São João del-Rei. E-mail: amandasantiago7@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Graduanda em Psicologia pela Afya - Centro Universitário São João del-Rei. E-mail: laviniacmrendec@gmail.com

<sup>3</sup>Graduanda em Psicologia pela Afya - Centro Universitário São João del Rei. E-mail: samuelsilvaa2001@gmail.com

<sup>4</sup>Mestre pelo programa de Pós Graduação em Psicologia da UFSJ. Professora do curso de Psicologia na Afya - Centro Universitário São João del Rei. E-mail: geovana.barbosa@afya.com.br

## INTRODUÇÃO

A crescente visibilidade da população em situação de rua, definida pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) como um grupo heterogêneo caracterizado pela pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados ou rompidos e ausência de moradia convencional, configura um fenômeno social complexo, marcado não apenas pela ausência de moradia, mas por uma rede de exclusões intersetoriais (Agência Brasil, 2023). Essa condição reflete uma dinâmica estrutural de desigualdade que ultrapassa a dimensão individual, expressando contradições do sistema capitalista e seus efeitos sobre a reprodução da vida social. A dificuldade em quantificar essa população está, em parte, na sua fluidez e na complexidade em abordar indivíduos sem residência fixa, que frequentemente evitam censos por diversas razões, incluindo o estigma e a desconfiança em relação a instituições (Conselho Nacional dos Direitos Humanos, 2020). A intensificação da presença de indivíduos vivendo nas ruas pode ser interpretada como um reflexo direto de problemáticas sociais profundas, como a falta de moradia acessível e a fragilidade das redes de suporte social. Diante desse cenário, torna-se necessário investigar as causas subjacentes e as formas pelas quais essa população constrói sua existência.

Nas discussões sobre a população em situação de rua, é observado uma tendência a privilegiar o restabelecimento dos vínculos familiares como a principal via de reinserção social (Minayo; Souza, 2019). Contudo, essa abordagem, embora relevante em alguns casos, pode negligenciar a diversidade de trajetórias e as complexas relações sociais estabelecidas por essa população. Assumir que a reunificação familiar é sempre a melhor ou única solução pode ser equivocado. Muitos indivíduos em situação de rua podem ter vivenciado traumas, abusos ou abandono em seus núcleos familiares, tornando um retorno indesejável ou até mesmo prejudicial (Paiva *et al.*, 2022). Além disso, eles podem ter formado laços significativos com outras pessoas em situações semelhantes ou dentro de redes de apoio que lhes proporcionam um senso de pertencimento e estabilidade (Paiva *et al.*, 2022).

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre as vivências, os sentidos atribuídos e as relações estabelecidas pela população em situação de rua. O foco deste trabalho está no aspecto subjetivo que permeia as vivências e a constituição de vínculos dessas pessoas, explorando a complexidade dos vínculos e a busca por sentido em suas trajetórias. A partir do conceito psicanalítico de ancoragem, proposto por Jorge Broide (2016), articulado com as contribuições da Psicologia Social e Comunitária. Essa abordagem permite integrar dimensões sociais e simbólicas, favorecendo uma leitura crítica e humanizada das experiências vividas por pessoas em situação de rua. Acredita-se que os

resultados desta investigação poderão contribuir para a formulação de intervenções sociais mais alinhadas às necessidades específicas dessa população, que considerem a pluralidade de seus laços sociais e a autonomia de suas escolhas.

Dessa forma, esta pesquisa se estrutura em seções: na primeira, será discutido o contexto histórico e social da população em situação de rua no Brasil, bem como os fatores que contribuem para sua heterogeneidade e a dificuldade de sua contagem; na segunda, será apresentada a análise crítica de Marx sobre a exclusão social e o mundo do trabalho, e sua relação com a vulnerabilidade à situação de rua; e, na terceira, será explorado o conceito de ancoragem de Broide (2016), articulando teoria e realidade prática para refletir sobre novos modos de compreender os vínculos estabelecidos por essa população, especialmente aqueles que se formam fora do núcleo familiar tradicional.

A pesquisa que ora se propõe busca questionar essa centralidade, partindo da seguinte indagação: que outros laços, para além dos familiares, podem desempenhar uma função de ancoragem na vida de pessoas em situação de rua, e como esses vínculos alternativos são estabelecidos e mantidos nesse contexto?

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A presença de pessoas em situação de rua no Brasil é um fenômeno histórico e estrutural, com raízes em processos socioeconômicos complexos que expressam as contradições do modo de produção capitalista e a negação material do direito à vida digna. Contudo, foi a partir das últimas décadas do século XX e início do XXI que a questão ganhou maior visibilidade, impulsionada por crises econômicas, flexibilização das leis trabalhistas e o aumento da desigualdade social. Assim, a situação de rua não deve ser vista como desvio individual, mas como expressão concreta das contradições do capitalismo, que produz e mantém grupos excluídos do acesso à moradia, ao trabalho e à cidadania (Marx, 2004, 2023).

Diante desse cenário estrutural, torna-se fundamental compreender como o Estado reconhece e define essa população, uma vez que as políticas públicas são diretamente moldadas pelas formas como o problema é delimitado institucionalmente. De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 (Brasil, 2009), esse grupo é caracterizado pela pobreza extrema, rompimento de vínculos familiares e ausência de moradia convencional. A Resolução nº 40/2020 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos amplia esse conceito ao incluir crianças, adolescentes e famílias inteiras, ressaltando que a vulnerabilidade dessa população decorre tanto da ausência de políticas públicas efetivas quanto da negação simbólica de sua humanidade (Brasil, 2020).

Pesquisas recentes apontam que mais de 335 mil pessoas vivem atualmente em situação de rua no país, número que cresce com o agravamento da crise econômica e a insuficiência de políticas habitacionais e de renda (Agência Brasil, 2025). Esse crescimento exponencial foi agravado significativamente pela pandemia de COVID-19, que resultou em aumento do desemprego, crise econômica e aprofundamento das vulnerabilidades sociais, empurrando mais indivíduos para a situação de rua. A dificuldade em realizar uma contagem precisa dessa população reside não apenas na sua fluidez e mobilidade, mas também na complexidade metodológica de abordar indivíduos sem moradia fixa, que frequentemente evitam censos por questões de estigma, desconfiança em relação às autoridades e a própria rotina de sobrevivência nas ruas, tornando os números oficiais sempre subestimados (Ipea, 2009).

O relatório *Territorialização da População em Situação de Rua* (Ipea, 2009) enfatiza que essa condição é predominantemente urbana e se manifesta de forma heterogênea. Wollmann (2018) complementa que a rua deve ser entendida não apenas como ausência de moradia, mas como um território simbólico e relacional, no qual se produzem novas formas de existência e de cuidado. A autora destaca que o território funciona como espaço de reconstrução de vínculos, permitindo a criação de práticas de solidariedade, afeto e resistência. Assim, o território urbano torna-se também espaço de ancoragem e produção de sentido.

A heterogeneidade da população em situação de rua se reflete na diversidade de subjetividades encontradas nesse contexto. Não se trata de um grupo homogêneo, mas de indivíduos com trajetórias únicas, marcadas por diferentes marcadores sociais que, em sua interseção, intensificam as vulnerabilidades e dificultam suas vivências. As diferenças de gênero, raça, cor, idade, sexualidade, deficiência e histórico prisional, por exemplo, moldam de maneira distinta a experiência da rua (Paiva *et al.*, 2022; Ribeiro; Cruz, 2013).

Em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004), Karl Marx explora a noção de trabalho alienado, argumentando que, sob o sistema capitalista, o trabalhador se encontra alienado do produto de seu trabalho, do próprio ato de trabalhar, de sua essência enquanto ser humano e de seus semelhantes. Essa alienação, resultante da propriedade privada dos meios de produção, é um dos fatores que contribui para a desumanização e a marginalização de grande parte da população (Marx, 2004). Essa forma de desumanização não é um fenômeno isolado, mas um mecanismo estrutural do capitalismo que abre caminho para outras formas de exploração analisadas por Marx em suas obras posteriores. É nesse contexto que se desenvolvem as dinâmicas da mais-valia, da luta de classes e da produção de grupos excedentes.

A obra central de Marx, *O Capital* (2023), detalha a dinâmica da luta de classes entre a burguesia (proprietária dos meios de produção) e o proletariado (trabalhadores que vendem sua força de trabalho). A exploração da mais-valia, o trabalho não pago apropriado pelo capitalista, é apontada como a base da acumulação capitalista e da desigualdade social. Embora Marx descreva a existência do “exército industrial de reserva”(pág. 366) como parte estrutural do capitalismo, composto por trabalhadores excedentes envolvidos em ciclos de desemprego e subemprego, ele enfatiza em *A Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 2007) que a categoria mais vulnerável e marginalizada é o lumpemproletariado (Marx, 2023 pág. 470), que se trata de um conjunto de indivíduos sem estabilidade laboral, vivendo de atividades informais, assistenciais ou precárias que, por estarem fora das relações tradicionais de trabalho, se tornam ainda mais expostos à exclusão social e à situação de rua. Assim, diferentemente do exército industrial de reserva, cuja função é econômica dentro do ciclo capitalista, o lumpemproletariado aparece como o grupo que vivencia de forma mais intensa a ruptura com o trabalho e com as estruturas de proteção social.

Em *A Ideologia Alemã* (2007), Marx e Engels sustentam que a classe dominante não apenas controla os meios de produção materiais, mas também os meios de produção intelectuais, impondo sua ideologia como a visão de mundo predominante. Essa ideologia pode obscurecer as relações de exploração e legitimar a exclusão social, naturalizando a situação de pobreza e marginalidade (Marx; Engels, 2007). Quando o trabalho se torna uma atividade meramente instrumental para a sobrevivência, desprovida de significado e prazer, o indivíduo pode experimentar um profundo sentimento de estranhamento em relação à sua própria atividade e aos resultados dela. Essa alienação pode minar o senso de pertencimento social e a autoestima, tornando o indivíduo mais suscetível a outras formas de exclusão, incluindo a perda de moradia (Marx, 2004).

As contradições inerentes ao capitalismo, conforme descrito por Marx (2023), incluindo a tendência a crises econômicas e a criação de um exército de reserva de mão de obra, podem levar à perda de empregos e à instabilidade econômica, contribuindo diretamente para a situação de rua de alguns indivíduos. As crises econômicas de superacumulação intrínsecas ao capitalismo geram desemprego em massa e precarização das condições de trabalho. A busca constante pela redução de custos pode levar à substituição de trabalhadores por tecnologia e à criação de um contingente de trabalhadores excedentes que, sem alternativas de renda e suporte social, podem acabar em situação de rua.

Do ponto de vista marxista, a exclusão social não é um fenômeno acidental, mas parte constitutiva do modo de produção: o capitalismo necessita tanto da exploração direta da força

de trabalho quanto da produção sistemática de grupos excedentes e descartáveis. A acumulação capitalista depende da manutenção de desigualdades estruturais, da concentração de riqueza e da reprodução contínua de condições que impeçam parte da população de acessar trabalho, moradia e meios de vida. Nesse sentido, a situação de rua pode ser compreendida como expressão concreta das contradições entre capital e trabalho, evidenciando que a lógica de mercantilização da vida produz sujeitos que, estando fora da produtividade exigida pelo sistema, são empurrados para formas extremas de marginalização. A análise marxista, portanto, permite compreender a situação de rua não como falha individual, mas como efeito direto das relações sociais de produção, que determinam quem está incluído ou excluído dos direitos e da reprodução material da vida (Marx, 2023).

Para muitos indivíduos, o retorno à família pode não ser viável ou desejável, especialmente em casos de histórico de violência, abuso ou abandono. Considerar a reinserção familiar como a única solução pode ter consequências negativas, como a revitimização de indivíduos que romperam laços familiares para se proteger de situações de violência ou abuso. Além disso, essa abordagem pode ignorar a autonomia e os desejos daqueles que construíram outras formas de pertencimento e suporte fora do núcleo familiar tradicional. Quanto mais tempo um indivíduo permanece em situação de rua, mais distantes ou alterados podem se tornar seus laços familiares originais, tornando a reunificação cada vez mais desafiadora ou até mesmo indesejável para o indivíduo (Sicari, 2018). A vida na rua impõe desafios e demandas específicas, levando à criação de novas redes de apoio e estratégias de sobrevivência. Com o tempo, os laços familiares podem se enfraquecer devido à falta de contato, à mudança de prioridades e à formação de novas identidades sociais (Broide, 2016). Nesses casos, a reinserção familiar pode não corresponder às necessidades e aos desejos atuais do indivíduo.

Contudo, compreender essa população apenas pela ótica econômica seria insuficiente. A Psicologia Social e Comunitária, especialmente a partir de Silvia Lane (1989), propõe uma leitura dialética do sujeito, articulando dimensões objetivas e subjetivas. Lane defende que o homem é um ser histórico em movimento, cuja subjetividade é construída nas relações sociais e nas contradições do contexto em que vive. Assim, os vínculos estabelecidos na rua não podem ser compreendidos como meras adaptações circunstanciais, mas como formas ativas de produção de sentido e de reorganização simbólica diante do desamparo social. Esses vínculos se tornam significativos, funcionam como dispositivos de resistência, como modos de afirmar a própria existência em um contexto que frequentemente nega a humanidade

dessas pessoas. Trata-se de vínculos que permitem recompor uma vida possível, mesmo diante da exclusão social (Lane; Codo, 1989).

O psicanalista Jorge Broide (2016) utiliza o termo “ancoragem” não como um conceito formalmente sistematizado, mas como uma orientação metodológica que permite estruturar práticas de cuidado baseadas na escuta qualificada e na consideração da relação transferencial que se estabelece. A ancoragem, nesse contexto, refere-se aos laços sociais e afetivos que sustentam o sujeito vivo, independentemente de seu vínculo familiar. Broide propõe que os profissionais que atuam com populações vulneráveis devem reconhecer e fortalecer as “âncoras” já existentes, como laços com amigos, grupos comunitários, espaços territoriais significativos e relações com animais de estimação. Esses vínculos funcionam como suportes simbólicos e afetivos que permitem ao sujeito reorganizar sua experiência e continuar investido na vida, mesmo em contextos de exclusão (Broide, 2016).

Nesse sentido, a relação com animais pode ser compreendida como uma forma legítima de ancoragem, pois envolve afeto, cuidado e reciprocidade. Nasser (2018) observa que, nas práticas cotidianas da população em situação de rua, o ato de cuidar (seja de si, de outro ser humano ou de um animal) adquire um valor simbólico que reafirma a existência e o pertencimento. O vínculo afetivo com o animal, frequentemente percebido nas ruas, representa uma via de reconhecimento e de continuidade psíquica, permitindo ao indivíduo suportar o desamparo e ressignificar os sentidos de vida.

O conceito de “escuta territorial” (p. 27-38) proposto por Broide (2016), envolve uma atenção sensível ao contexto imediato em que a pessoa em situação de rua vive, buscando identificar as relações sociais, os espaços de convívio e os elementos do ambiente que podem representar fontes de apoio e pertencimento. Assim, o território e as relações que nele se estabelecem podem ser entendidos como “âncoras”, que reconfiguram a identidade e o pertencimento de quem vive à margem. (Broide, 2016). Para Lane (1989), essas práticas comunitárias e coletivas produzem consciência e ação transformadora, pois permitem que o sujeito se perceba como parte ativa da história.

As políticas públicas destinadas à população em situação de rua, como demonstra a literatura (Mendonça, 2020; Schuck, 2017), ainda são atravessadas por uma forte lógica familista e assistencialista. Documentos como a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, enfatizam a “restauração de vínculos familiares e comunitários” como eixo central da reinserção social. Da mesma forma, programas como o Serviço de Abordagem Social e os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), embora fundamentais, também

frequentemente priorizam a reaproximação familiar como indicador de “sucesso” do atendimento. Contudo, tal perspectiva ignora que, para muitos sujeitos, a ruptura familiar foi uma estratégia de autopreservação frente a experiências de violência, negligência ou expulsão do lar.

Em suma, este estudo articula as contribuições do materialismo histórico-dialético, da Psicologia Social e Comunitária e da Psicanálise. A partir de Marx, compreende-se a situação de rua como fenômeno estrutural do capitalismo; com Lane e Codo (1989), entende-se o sujeito em sua dimensão histórica e coletiva; e com Broide (2016), reconhece-se a importância das ancoragens afetivas e territoriais como sustentação subjetiva. Essa integração teórica possibilita uma leitura crítica e humanizada das experiências da população em situação de rua, valorizando as múltiplas formas de vínculo e resistência que emergem nos espaços urbanos.

## **OBJETIVOS**

### **Geral**

Analisar de que maneira a função de ancoragem pode contribuir para a formação de novos vínculos significativos em pessoas em situação de rua, considerando os espaços sociais e relações interpessoais que emergem no território em que vivem.

### **Específicos**

- Compreender o conceito de "ancoragem", desenvolvida por Broide (2016) e sua aplicabilidade no contexto da população em situação de rua;
- Identificar possíveis vínculos alternativos construídos por essa população;
- Compreender como esses vínculos alternativos se transformam em formas de ancoragem.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa (Gil, 2008), de caráter exploratório, com delineamento transversal, utilizando como método a análise documental. Os materiais analisados foram exclusivamente notícias selecionadas no Google Notícias, inicialmente, também se considerou o uso de publicações do perfil “São Paulo Invisível”, no

Instagram; entretanto, ao analisar seu conteúdo, observou-se que os recortes disponibilizados tratam majoritariamente dos motivos que levaram as pessoas à rua, sem aprofundamento nas dimensões subjetivas ou nas formas de vínculo que constituem o foco deste estudo. Por essa razão, o perfil funcionou apenas como uma tentativa de se aproximar da vivência desses indivíduos, não sendo empregado como fonte de dados. Essa abordagem é relevante em investigações que buscam compreender fenômenos sociais por meio de registros já existentes, sendo uma fonte de dados sem a necessidade de contato direto com os indivíduos da pesquisa. Conforme Gil (2002, p. 43), a análise documental se configura como uma técnica de pesquisa que se utiliza de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados a partir de novas perspectivas e questionamentos, permitindo a inferência de informações para além do conteúdo manifesto.

A escolha por este método justifica-se pela possibilidade de explorar as narrativas e representações sobre a população em situação de rua já consolidadas em diferentes mídias, proporcionando uma visão ampliada sobre as questões vividas por esse grupo. Essa escolha está alinhada à proposta de investigar as formas de ancoragem e os vínculos alternativos que se estabelecem em contextos extrafamiliares, por meio da análise de experiências já registradas. No caso do perfil “São Paulo Invisível”, sua seleção se justifica por ser um espaço que dá visibilidade às histórias e vivências de pessoas em situação de rua, apresentando relatos e imagens que revelam suas trajetórias, sentimentos e percepções sobre a própria condição. Embora o perfil não trate diretamente do tema dos vínculos, ele permite observar aspectos subjetivos dessas experiências como a busca por pertencimento, reconhecimento e dignidade, que são centrais para compreender as formas de ancoragem que emergem fora do núcleo familiar tradicional.

Assim, a análise documental não se restringe à identificação de temas recorrentes, mas busca compreender como esses registros revelam modos de sustentação subjetiva e social. A leitura teórica do material será orientada pelo conceito de ancoragem, conforme formulado por Broide (2016), articulado às contribuições da Psicologia Social e Comunitária, de modo a compreender como os vínculos funcionam como formas de resistência, pertencimento e construção de sentido.

A coleta dos documentos foi realizada a partir da utilização de palavras-chave como “pessoas em situação de rua”, “vivências de pessoas em situação de rua” e “vínculos de pessoas em situação de rua” “vivendo nas ruas”, “vida nas ruas” . Esses termos foram aplicados nos mecanismos de busca das plataformas mencionadas, priorizando a recuperação de conteúdos disponíveis em domínio público, sendo utilizado o Google Notícias e o

Instagram. A escolha Google Notícias se justifica por reunir conteúdos de várias fontes de comunicação, ao passo que o Instagram se sobressai como plataforma de grande alcance e engajamento, na qual são compartilhadas vivências e relatos relacionados a pessoas em situação de rua. Os documentos selecionados devem atender a critérios específicos de inclusão, sendo considerados aqueles publicados entre os anos de 2010 e 2025, que tratem de experiências no contexto brasileiro, preferencialmente em grandes centros urbanos, considerando que essas áreas abrigam o maior número de pessoas em situação de rua e evidenciam dinâmicas sociais mais complexas, caracterizadas por desigualdades, processos migratórios e maior visibilidade pública do fenômeno e que também contemplem a diversidade de marcadores sociais como gênero, etnia e faixa etária. Também serão incluídos apenas os materiais com conteúdo legível, cuja autoria seja identificável ou de fonte reconhecível.

Por outro lado, serão excluídos documentos cujo conteúdo seja ofensivo ou discriminatório, bem como aqueles que não apresentem relação direta com os vínculos sociais ou que não expressem experiências vividas por pessoas em situação de rua. Publicações com dados sensíveis, ausência de autoria ou que exponham os sujeitos de forma indevida (a exemplo da divulgação de nomes, rostos identificáveis sem consentimento, informações clínicas, históricos pessoais ou detalhes que permitam reconhecimento direto dos indivíduos) também serão desconsideradas, em consonância com os cuidados éticos exigidos nesse tipo de investigação.

O corpus documental foi submetido a uma análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), cuja sistemática compreende as etapas de organização dos materiais, leitura flutuante, pré análise, codificação e categorização, seguidas pela análise interpretativa. Inicialmente, os documentos serão reunidos em uma pasta digital, organizados por fonte, data e nome da matéria. A leitura flutuante permitirá uma familiarização com o conteúdo e a identificação de temas recorrentes. Na sequência, será realizada a pré análise, com a seleção de unidades de registro que abordem especificamente a formação de vínculos sociais e afetivos. Tais unidades foram agrupadas em categorias temáticas construídas, a partir dos dados, com base na teoria da ancoragem. Para a interpretação das categorias, será adotada a perspectiva de análise qualitativa descrita por Minayo (2012) e aprofundada por Franco (2018), que compreendem a análise de conteúdo como um processo de interpretação simbólica e social dos sentidos produzidos nos discursos. Essa abordagem permite articular os dados empíricos com o contexto histórico e social, buscando compreender como os vínculos identificados funcionam como formas de sustentação subjetiva e de laço social. Por fim, a

análise interpretativa buscará compreender a relevância desses vínculos para a vida das pessoas em situação de rua, destacando como eles funcionam como formas alternativas de laço social, em contraste com os vínculos familiares tradicionais.

O estudo utilizou apenas documentos de acesso público e respeitou o direito à privacidade das pessoas mencionadas ou retratadas. É reconhecido que a ausência de contato direto com os sujeitos impõe limitações à análise, especialmente quanto à possibilidade de aprofundamento e validação dos relatos. Apesar disso, considera-se que a análise documental, aliada a uma leitura teórica consistente, é suficiente para alcançar os objetivos propostos e contribuir para o debate sobre os vínculos e formas de ancoragem de pessoas em situação de rua.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise documental realizada a partir das publicações selecionadas no Google Notícias e no perfil “São Paulo Invisível”, no *Instagram*, permitiu observar diferentes formas de vínculo e pertencimento entre pessoas em situação de rua. A escolha desse perfil se deu porque, embora ele não trate diretamente da temática dos vínculos, suas postagens apresentam relatos e imagens que evidenciam as histórias de vida dessas pessoas, os motivos que as levaram à rua e seus desejos, oferecendo uma dimensão mais próxima e sensível dessa realidade. Assim, a presença desse material visual e narrativo contribuiu para aprofundar a compreensão do fenômeno, permitindo uma leitura mais empática e humanizada das vivências analisadas.

A análise documental das publicações selecionadas no Google Notícias permitiu identificar elementos recorrentes na maneira como pessoas em situação de rua constroem vínculos e formas de pertencimento. As notícias evidenciaram relações que se estabelecem entre pares, em redes de solidariedade cotidiana, no compartilhamento de recursos, na ocupação conjunta de espaços e na formação de grupos que oferecem suporte emocional e material. É importante destacar que o perfil “São Paulo Invisível”, inicialmente considerado na fase exploratória, não gerou resultados pertinentes ao objetivo da pesquisa, uma vez que suas publicações não abordavam dimensões subjetivas ou formas de vínculo. Assim, os resultados apresentados derivam exclusivamente das notícias analisadas.

Diversas notícias sobre o fenômeno “pessoas em situação de rua” foram encontradas entre 2010 e 2025, mas apenas parte delas pôde ser utilizada, de acordo com a linha da pesquisa e sua temática. Em relação à palavra chave utilizada “vínculos de pessoas em

situação de rua”, foram encontradas cinco matérias que se destacaram, destacadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Resultados de busca de notícias sobre pessoas em situação de rua

Título da Matéria	Data de Publicação	Veículo de Comunicação	Link de Acesso
Pessoas em situação de rua: o resgate da autonomia como ferramenta de reinserção social	10 jan. 2022	Prefeitura de Ribeirão Preto	<a href="https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/pessoas-em-situacao-de-rua-o-resgate-da-autonomia-como-ferramenta-de-reinsercao-social">https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/pessoas-em-situacao-de-rua-o-resgate-da-autonomia-como-ferramenta-de-reinsercao-social</a>
Centro Pop Brasília promove fortalecimento de vínculos com pessoas em situação de rua	8 maio 2024	Agência Brasília	<a href="https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/centro-pop-brasilia-promove-fortalecimento-de-vinculos-com-pessoas-em-situacao-de-rua">https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/centro-pop-brasilia-promove-fortalecimento-de-vinculos-com-pessoas-em-situacao-de-rua</a>
Horta fortalece vínculos entre pessoas em situação de rua	25 jul. 2024	CicloVivo	<a href="https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/horta-fortalece-vinculos-entre-pessoas-em-situacao-de-rua">https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/horta-fortalece-vinculos-entre-pessoas-em-situacao-de-rua</a>
Justiça reconhece vínculo familiar de casal em situação de rua com cão e manda prefeitura devolver o animal	5 jul. 2024	Carta Capital	<a href="https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/justica-reconhece-vinculo-familiar-de-casal-em-situacao-de-rua-com-cae-e-manda-prefeitura-devolver-o-animal">https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/justica-reconhece-vinculo-familiar-de-casal-em-situacao-de-rua-com-cae-e-manda-prefeitura-devolver-o-animal</a>
Moradores de rua e seus cães: uma relação baseada no afeto e na troca	25 ago. 2025	Portal Cães & Gatos	<a href="https://caesegatos.com.br/moradores-de-rua-e-seus-caes/">https://caesegatos.com.br/moradores-de-rua-e-seus-caes/</a>

Em 10 de janeiro de 2022, a Prefeitura de Ribeirão Preto divulgou a matéria “Pessoas em situação de rua: o resgate da autonomia como ferramenta de reinserção social”, que descreve ações municipais voltadas ao estabelecimento de vínculo e à promoção da autonomia, destacando o projeto PertenSER e a reorganização do Centro Pop para aumentar o alcance do atendimento. A reportagem afirma que o Centro Pop passou para uma nova sede “mais perto do Centro, o que permitiu dobrar o atendimento”, e que “atualmente, mais de 120 pessoas em situação de rua passam por dia pelo Centro Pop”; também menciona o serviço de recâmbio, usado para garantir o retorno às cidades de origem, executado pela equipe do Centro Pop (Prefeitura de Ribeirão Preto, 2022). Em 8 de maio de 2024, a Agência Brasília noticiou o grupo Com Vivências do Centro Pop Brasília, reunindo participantes em oficinas e rodas de conversa para promover convivência e dignidade (Agência Brasília, 2024). Em 17 de janeiro de 2023, o portal Cães & Gatos destacou a dimensão afetiva entre pessoas em situação de rua e seus animais. Em 25 de julho de 2024, o CicloVivo relatou a horta do CREAS de Ceilândia, afirmando que a iniciativa “fortalece vínculo e a autoestima”, organiza rotina e transforma o espaço em local de encontro e cooperação (CicloVivo, 2024). Por fim, em 5 de julho de 2024, a CartaCapital noticiou decisão judicial que reconheceu o vínculo entre um

casal em situação de rua e seu cão, determinando a devolução do animal apreendido pela prefeitura (CartaCapital, 2024).

A partir da leitura e categorização das matérias (Quadro 1), identificaram-se três formas principais de ancoragem, a afetiva, a comunitária e a institucional, que são desenvolvidas abaixo:

- **Ancoragem afetiva - vínculos com animais**

As notícias destacam repetidamente o papel dos animais como laços afetivos centrais. O Cães & Gatos afirma que “o animal se torna parte da família na rua”, funcionando como companhia, proteção e fonte de afeto cotidiano; a CartaCapital registrou que a separação do cão representaria “a ruptura de um vínculo essencial para sua sobrevivência emocional” (Cães & Gatos, 2023; CartaCapital, 2024). Esses recortes jornalísticos traz evidências sobre a relevância dos animais na manutenção da autoestima, rotina e cuidado recíproco de pessoas em situação de rua. A análise sugere que o vínculo com o animal organiza práticas de cuidado, como alimentação, higiene, proteção, que constituem um núcleo relacional capaz de reduzir o desamparo e oferecer continuidade biográfica. Projetos como o Moradores de Rua e Seus Cães, mencionados nas reportagens, operacionalizam essa ancoragem ao prover vacinação, banhos, castração e distribuição de ração, evidenciando também a interface entre ação comunitária e apoio material que sustenta a relação humano-animal.

- **Ancoragem comunitária - práticas coletivas e de convivência**

O CicloVivo (2024) relata que a horta “permite que pessoas em situação de rua desenvolvam vínculos de confiança e sintam-se pertencentes à comunidade”, funcionando como espaço de rotina, responsabilidade e troca. A reportagem ainda observa que a horta busca reduzir danos, promover autoestima e criar sessões de conversas, estratégias que conectam dimensão produtiva, psíquica e relacional. Da mesma forma, o projeto Com Vivências do Centro Pop (Agência Brasília, 2024) articula oficinas, rodas de conversa e atividades de arte como práticas que reconstróem rotinas e oportunidades de reconhecimento mútuo.

Esses dados apontam que a ação coletiva atua como ancoragem comunitária ao oferecer papéis sociais e responsabilidades; estruturar rotinas e pontos de encontro regulares; propiciar reconhecimento social; criar oportunidades para aprendizado e redução de isolamento. A literatura (Paiva et al., 2022; Lane, 1989) sustenta que a participação em coletivos e práticas sociais é um processo de reconstituição subjetiva, a horta, nesse sentido, é um território simbólico de reconstrução da vida.

- **Ancoragem institucional - políticas públicas, serviços e projetos municipais**

As matérias sobre Ribeirão Preto e Brasília evidenciam o papel dos serviços socioassistenciais como possíveis ancoragens institucionais. O relato de Ribeirão Preto destaca ações concretas: mudança de sede do Centro Pop para ampliar acesso “permitiu dobrar o atendimento” (trecho retirado da notícia), oferta de refeições, oficinas, banho e encaminhamento noturno para o Complexo Cetrem, além do projeto PertenSER (acompanhamento longitudinal e fortalecimento do vínculo com a equipe) e o serviço de recâmbio (média de 150 pessoas recambiadas mensalmente) como estratégias institucionais para promover autonomia e reencaminhamento (Prefeitura de Ribeirão Preto, 2022). Em Brasília, o Centro Pop e as atividades do Com Vivências são descritos como espaços que “oferecem um espaço de acolhida, convivência e construção de novos projetos de vida” (Agência Brasília, 2024).

No entanto, a análise crítica das notícias indica que certas práticas institucionais mantêm um viés familista ou de avaliação de “sucesso” pela reintegração familiar: recambios orientados ao retorno à cidade de origem ou programas que priorizam a reunificação como objetivo final podem desconsiderar quando a família é fonte de violência ou exclusão. Essa direção, como aponta Broide (2016), é limitada, pois desconsidera que, para muitos sujeitos, a ruptura familiar foi uma forma de autopreservação diante de violências, expulsões ou abandono, e que suas âncoras significativas se constituem em outros espaços, como ruas, praças, abrigos, grupos de convivência e relações com pares ou animais.

A perspectiva da escuta territorial, proposta por Broide (2016), oferece uma alternativa a essa limitação ao deslocar o foco daquilo que falta, como casa, trabalho, família, para aquilo que existe no território e que sustenta o sujeito. A escuta territorial consiste em um modo de atenção que considera o espaço onde a pessoa vive como parte constitutiva de sua subjetividade. Ela implica estar no território, reconhecer as relações que ali se produzem, compreender como o sujeito circula, com quem se vincula, quais rotinas cria e quais sentidos atribui ao espaço. É uma escuta que observa não apenas o discurso verbal, mas também a presença, os afetos, as alianças e as estratégias de sobrevivência construídas no cotidiano, se articulando com o entendimento de ancoragem utilizado pelo autor, entendido como o conjunto de laços afetivos, sociais e territoriais que oferecem sustentação simbólica e emocional ao sujeito, possibilitando sua continuidade mesmo em condições extremas de exclusão. Lane (1989) também traz que o sujeito se constitui nas relações estabelecidas historicamente e nas contradições de seu contexto social. Assim, as âncoras identificadas no território podem ser compreendidas como formas concretas de produção de sentido e reconstrução subjetiva diante da precarização da vida.

De modo geral, as reportagens analisadas permitem compreender que a vida nas ruas é marcada por múltiplas formas de vínculo e pertencimento, que vão muito além da ausência ou ruptura familiar. As pessoas em situação de rua desenvolvem estratégias de sobrevivência que envolvem laços afetivos, comunitários e institucionais, funcionando como ancoragens que lhes garantem sustentação psíquica e social. Essas ancoragens são, ao mesmo tempo, formas de resistência e de reconstrução simbólica, pois permitem que os sujeitos se mantenham em relação com o mundo, mesmo em meio à exclusão e à precariedade.

Além das práticas descritas nas reportagens analisadas, a literatura sobre a população em situação de rua aponta outras experiências significativas que geralmente são invisibilizadas, mas que cumprem funções semelhantes de ancoragem subjetiva e comunitária.

Adriane Wollmann (2018) descreve ações espontâneas de cuidado mútuo, como a partilha de objetos e a proteção entre companheiros, que funcionam como micropolíticas de afeto e sustentação psíquica. Nasser (2018) destaca as práticas alimentares compartilhadas, nas quais o ato de cozinhar e dividir alimentos constitui uma forma simbólica de pertencimento e reafirmação da vida. Schuck (2017) evidencia as mobilizações políticas e coletivas, como marchas e movimentos por direitos, que também atuam como ancoragens, pois produzem identidade e força coletiva. Essas práticas se aproximam diretamente da noção de ancoragem de Broide (2016), na medida em que representam a construção de laços reais e significativos que sustentam o sujeito na vida.

Nessa perspectiva, a rua pode ser compreendida como um território de vida, e não apenas de carência. Ela se torna espaço de produção de vínculos, de experiências e de reconstrução do sujeito, conforme apontam Wollmann (2018) e Schuck (2017). Esses autores mostram que os territórios urbanos, quando apropriados por práticas de solidariedade e convivência, transformam-se em comunidades vivas que oferecem suporte e sentido. A rua, portanto, é também um espaço de ancoragem comunitária e simbólica, onde o sujeito ressignifica o sofrimento e reconstrói sua história.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa mostram que os vínculos afetivos, comunitários e institucionais se associam na sustentação da vida e da subjetividade das pessoas em situação de rua, confirmando a importância do conceito de ancoragem proposto por Broide (2016) e dialogando com a concepção de sujeito histórico e coletivo de Lane (1989). As experiências analisadas revelam que, mesmo diante do desamparo, o sujeito é capaz de criar novos modos de pertencimento, demonstrando que a vida nas ruas é também espaço de resistência, criação e reconstrução simbólica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou entender a realidade das pessoas em situação de rua a partir de uma abordagem que combina a análise macroestrutural das contradições do sistema capitalista, conforme Marx, e a dimensão subjetiva dos vínculos e formas de ancoragem sugeridas por Broide. Ao utilizar a análise documental como abordagem metodológica, tornou-se viável investigar a forma como diversos meios de comunicação retratam esse grupo, destacando tanto as falhas na cobertura quanto a importância das narrativas que enfatizam experiências alternativas de sustentação da vida além dos laços familiares.

Os resultados do estudo indicaram que, apesar do discurso público e político enfatizar a reinserção familiar como a principal solução para a situação de rua, na realidade surgem outras formas de pertencimento e apoio emocional, como a conexão com animais, envolvimento em iniciativas comunitárias (como hortas urbanas e coletivos de apoio) e as relações construídas com profissionais e instituições de assistência. Essas formas de ancoragem demonstram que a vida nas ruas não é caracterizada somente pela ruptura, mas também pela formação de novos vínculos sociais, que proporcionam suporte emocional, identidade e sensação de pertencimento.

A função de ancoragem, portanto, aparece como um conceito-chave para compreender como esses vínculos operam na sustentação da vida e na reorganização psíquica de pessoas em situação de rua. Mais do que simples conexões afetivas, elas configuram modos de resistência subjetiva diante da perda de referências tradicionais, permitindo que esses sujeitos se apoiem em novas redes simbólicas e comunitárias que dão sentido à sua permanência no mundo.

Silvia Lane (1989) contribui com essa leitura ao afirmar que o sujeito é histórico e coletivo, constituído nas relações sociais e em constante movimento. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a reconstrução subjetiva das pessoas em situação de rua ocorre nas práticas concretas de convivência, solidariedade e cuidado, práticas que muitas vezes nascem nos próprios territórios e comunidades formadas na rua. Essa concepção se articula também com o que propõe Wollmann (2018) ao pensar a rua como “território do cuidado”, isto é, um espaço em que se produzem vínculos e formas de resistência à desumanização.

As evidências encontradas confirmam que o vínculo com os animais têm papel central como forma de ancoragem afetiva, pois permite ao sujeito reconhecer-se em uma relação de cuidado e reciprocidade. Esse tipo de vínculo, conforme Nasser (2018), reafirma a capacidade humana de afetar e ser afetado mesmo em condições de extrema vulnerabilidade,

configurando-se como uma prática simbólica de resistência e sobrevivência. Já as experiências comunitárias descritas nas reportagens, como as hortas urbanas e projetos coletivos, mostram que o pertencimento social pode ser reconstruído no encontro com o outro e no uso compartilhado do território, aproximando-se da noção de sujeito transformador proposta por Lane e Codo (1989).

Por outro lado, as políticas públicas ainda revelam fragilidades importantes, sobretudo por manterem uma lógica familista e assistencialista, como analisa Mendonça (2020). Essa perspectiva tende a reduzir a complexidade das trajetórias de quem vive nas ruas, impondo modelos de reintegração que nem sempre correspondem às ancoragens reais dessas pessoas. A ausência de políticas intersetoriais e de uma escuta efetivamente territorial contribui para a reprodução da exclusão. Assim, reconhecer as ancoragens existentes é fundamental para formular políticas mais éticas e humanizadas.

Embora os resultados sejam ricos, é fundamental reconhecer as limitações do estudo. A análise documental, por se fundamentar em materiais públicos e previamente produzidos, limita o aprofundamento em vivências subjetivas e pode refletir parcialmente a visão dos meios de comunicação, que tendem a enfatizar narrativas de apelo emocional.

Mesmo assim, os documentos examinados mostraram aspectos essenciais para entender o fenômeno e forneceram pistas importantes sobre a diversidade de conexões feitas nas ruas.

Nesse sentido, este estudo contribui para expandir a discussão sobre a população em situação de rua ao enfatizar que a reinserção social não deve ser vista apenas como um retorno ao núcleo familiar, mas como um fortalecimento das diversas ancoragens que garantem a sustentação da vida respeitando a autonomia das pessoas em situação de rua e valorizando as relações que eles consideram significativas.

Em suma, ao considerar a população em situação de rua como indivíduos com direitos, capazes de estabelecer vínculos alternativos e ressignificar suas histórias, destaca-se a importância de intervenções sociais e políticas que vão além da abordagem assistencialista ou familista. Assim, o desafio é criar práticas e políticas que reforcem os vínculos de solidariedade, garantam o acesso digno a direitos fundamentais e reconheçam a variedade de experiências que compõem a vida nas ruas. Embora limitado, este estudo contribui para essa discussão, enfatizando a necessidade de uma escuta sensível e territorial, que considere as formas de ancoragem que sustentam e dão sentido à vida de milhares de pessoas em situação de rua no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **População em situação de rua no Brasil ultrapassa 335 mil em 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-04/mais-de-335-mil-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-no-brasil#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20pessoas%20vivo%20deste%20ano%2C%20chegou%20a%20335.151>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020. Reafirma a definição de população em situação de rua e a expande para incluir crianças e adolescentes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 212, p. 147, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-287175040>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 246, p. 16, 24 dez. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 26 abr. 2025.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (CNDH). **Resolução nº 40/2020**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy\\_of\\_Resolucao40.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf). Acesso em: 3 jun. 2025.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua: novos dados**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Rua: aprendendo a contar**. Brasília: Ipea, 2009.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

MENDONÇA, D. G. de. *"População em Situação de Rua: como as ações e políticas públicas são representadas na Folha de São Paulo"*. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e população em situação de rua: um desafio para a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2595-2604, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZLqLQpJjWrQjYxJkQZJjWrQ/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

NASSER, J. H. **O que come os excluídos?** o diferente sentido da comida com a situação de rua. 2018. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PAIVA, Lúcia; MARANHÃO, Patricia Leal; ROSA, Maria Lúcia da Silva. A invisibilidade da população em situação de rua: da ruptura dos vínculos sociais à construção de novas formas de pertencimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 216-224, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/XqYJOpJjWrQjYxJkQZJjWrQ/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

RIBEIRO, F. S.; CRUZ, F. M. L. Representações sociais de família por crianças em situação de vulnerabilidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GTngYHvpP77jZXcGHSBdNkt/?lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2025.

RIBEIRO, M.; CRUZ, L. População em situação de rua: aspectos psicossociais e políticas públicas. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 77-90, dez. 2013.

SCHUCK, A. *"Nossa fome não é por comida, é por direitos e políticas públicas..." Cartografias de processos de resistência com o Movimento da População em situação de Rua em Santa Catarina*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SICARI, A. A. ZANELLA, A. V. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679, out. 2018.

WOLLMANN, A. **A rua como território do cuidado: uma experiência sobre a produção de saúde da população invisibilizada**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.